



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 157/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TIMON**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.410.879/0001-66, doravante designado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **MARCUS VINÍCIUS CABRAL DA SILVA**, brasileiro, casado, RG nº 1.870.775 SSP-PI, CPF 879.120.403-82, residente e domiciliado na Avenida Luís Firmino de Sousa, nº 1237, bairro São Benedito, Timon/MA e a empresa **M DO A. COSTA DA SILVA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 02.486.869/0001-13, com sede na Avenida Presidente Médice, s/n, Formosa, Timon/MA, CEP: 65636-040, tel (86) 98894-7719, email: mdoa2017@gmail.com, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor(a) **MARIA DO AMPARO COSTA DA SILVA**, firmam o presente **CONTRATO de aquisição de materiais hidráulicos, elétricos e de construção em geral para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde**, sujeitando as partes às Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002 que instituiu a modalidade Pregão Eletrônico, Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 055 de 2016, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente **CONTRATO de Aquisição de Materiais Hidráulicos, Elétricos e de Construção em geral para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme descrito no Termo de referência e Especificação dos Itens, Anexos I do Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2021.

1.2. Salvo o que tiver sido expressamente modificado por este instrumento, o objeto ora contratado, será efetuado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, após rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo independentemente de transcrição:

- a) Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021 e seus anexos;
- b) Carta Proposta da Contratada;
- c) Liberação nº 797/2021 – Central de Compras/PMT/MA, transcrita a seguir:

Item	Qtd	Und	Descrição	Pr.Unit	Pr.Total
20	50	UND	Capacitor eletrolítico 5UF 250VAC 500VDC, marca: ECP	6,50	325,00
32	130	UND	Disjuntor ASM Tripolar (03 barramentos) 50ª, marca: WEG	36,30	4.719,00
33	30	UND	Disjuntor ASM Tripolar (03 barramentos) 60ª, marca: PIAL	42,50	1.275,00
36	17	PÇ	Eletroduto flexível corrugado 20mm 1/2"x50m, marca: TIGRE	43,22	734,74
49	156	UND	Interruptor tipo embutir 02 teclas simples + tomada 02 polos, marca: ROMAZI	6,24	973,44
78	35	UND	Quadro de distribuição de embutir para 24 disjuntores, sem barramentos, tipo caixa, em PVC, cor branca, marca: SOPRANO	44,78	1.567,30
79	60	UND	Reator eletrônico de alto fator de potência 2x20w 110V/220V, marca: ECP	19,27	1.156,20



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

80	100	UND	Reator eletrônico de alto fator de potência 2x40w 110V/220V, marca: ECP	26,22	2.622,00
108	30	UNID	Adaptador soldável curto flange livre 40 x 1.1/4", marca: KRONA	16,28	488,40
109	20	UNID	Adaptador soldável curto flange livre 50 x 1.1/2", marca: KRONA	17,58	351,60
111	60	UNID	Adesivo PVC bisnaga 75g, marca: POLYTUBES	3,79	227,40
112	76	UNID	Anel de vedação para vaso sanitário, marca: PULVITEC	5,22	396,72
123	200	UNID	Bucha redução rosqueável PVC curta 3/4x1/2", branco, marca: KRONA	1,52	304,00
124	23	UNID	Caixa d'água de polietileno 500 litros com tampa, marca: FORTLEV	181,20	4.167,60
125	12	UNID	Caixa d'água de polietileno 1000 litros com tampa, marca: FORTLEV	299,00	3.588,00
127	77	UNID	Caixa de descarga acoplada sem engate, cor branca, marca: DECA	122,30	9.417,10
137	20	UNID	Chuveiro 4"1/2 pvc cromadoV, marca: ASTRA	18,39	367,80
138	188	UNID	Engate flexível 1/2" 40cm, marca:TIGRE	3,98	748,24
139	95	UNID	Engate flexível 1/2" 50cm, marca: TIGRE	4,12	391,40
153	35	UNID	Joelho PVC soldável (LL) 90° DN 40mm, marca: KRONA	1,40	49,00
154	80	UNID	Joelho PVC soldável (LL) 90° DN 50mm, marca: KRONA	2,30	184,00
168	80	UND	Luva simples esgoto 40 mm, em PVC, marca: KRONA	1,00	80,00
170	40	UND	Luva simples esgoto 75 mm, em PVC, marca: KRONA	3,99	159,60
171	130	UND	Luva simples esgoto 100 mm, em PVC, marca: KRONA	3,60	468,00
183	15	UND	Mecanismo universal de saída para caixa acoplada, marca: LORENZETTI	21,70	325,50
184	25	UND	Pia de inox 1,20m com cuba oval, marca: GHELPLUS	119,00	2.975,00
185	15	UND	Pia de inox 1,50m com cuba oval, marca: GHELPLUS	148,40	2.226,00
214	80	UND	Tê soldável LR 20mm x 20mm x 1/2 PVC, marca: KRONA	1,80	144,00
215	100	UND	Tê soldável e rosqueavel (LR) 25mm x 25mm x 1/2 PVC, marca: KRONA	1,84	184,00
216	75	UND	Tê rosqueavel 3/4" 25mm, em PVC, marca: KRONA	1,84	138,00
217	130	UND	Torneira boia para caixa d'água 1/2", marca: FORTLEV	4,79	622,70
229	20	UND	Tubo esgoto 100mm PVC, classe 15, marca: KRONA	56,90	1.138,00
230	82	UND	Tubo soldável PVC, 20mm classe 15, marca: KRONA	12,20	1.000,40
231	20	UND	Tubo soldável PVC, 25mm classe 15, marca: KRONA	16,44	328,80
243	100	GL	Aditivo para massa 3,6L, marca: VEDACIT	26,99	2.699,00
244	20	GL	Aguarraz 5l, marca: EUCATEX	42,32	846,40
246	13	UNID	Alavanca aço 1" 1,50m, marca: SÃO ROMÃO	79,00	1.027,00
247	11	UNID	Alicate bico profissional, marca: TRAMONTINA	27,22	299,42
258	25	UNID	Basculante em alumínio 060x1,00m02 folhas móveis, marca: QUALITY	74,30	1.857,50
259	150	PAR	Botas de borracha impermeável (PVC), cano médio, forrada, cor preto tamanhos variados, marca: GRENDENE	23,15	3.472,50
260	10	PAR	Botas de couro cano curto, cor preto, tamanhos variados, marca: IMBISEG	36,30	363,00
261	100	UNID	Broxa para pintura 18x8cm, cerdas sintética cabo, marca: ATLAS	4,20	420,00
273	300	UNID	Caibro 3,5x6cm madeira mista, marca: NATURAL	5,50	1.650,00
274	10	UNID	Campainha com fio, marca: ROMAZI	14,30	143,00
275	10	UNID	Campainha sem fio, marca: FOXLUX	39,20	392,00
276	150	UNID	Carro de mão preto com pneu com câmara 60L, marca: CANAL	138,00	20.700,00
277	30	UNID	Carro de mão preto com pneu com câmara 60L, marca: CANAL	138,00	4.140,00
278	30	UNID	Cavadeira articulada cabo de madeira com 1.20m, marca: TRAMONTINA	45,80	1.374,00
282	200	UNID	Cimento 50kg CP II, marca: MIZU	29,80	5.960,00
283	100	UNID	Cimento 50kg CP II, marca: MIZU	29,80	2.980,00
310	90	UND	Fechadura externa bola cromada, marca: SOPRANO	28,10	2.529,00
322	70	UND	Janela laminada 1.00x1.20 com grade, marca: MEGA	158,30	11.081,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

323	10	UND	Janela laminada 1.00x1.20 com grade, marca: MEGA	158,30	1.583,00
325	20	UND	Lima para serrote, marca: STARRET	9,20	184,00
326	106	MT	Linha 7x14 madeira mista, marca: NATURAL	19,80	2.098,80
339	20	ROLO	Lona preta 4x100 (20) rolo com 100m, marca: MAXILONA	198,00	3.960,00
370	50	UND	Pincel trinch 3 para látex e acrílico, marca: TIGRE	4,80	240,00
371	50	UND	Pincel trinch 4 para látex e acrílico, marca: TIGRE	7,00	350,00
372	17	UND	Ponteira aço 3/4 n° 10, marca: SÃO ROMÃO	10,70	181,90
383	190	UND	Porta semi ocas 2,10 x 0,80cm compensada, marca: FALCÃO	89,00	16.910,00
392	30	UND	Rolo de lã de carneiro original 9cm, marca: TIGRE	7,80	234,00
393	39	UND	Rolo espuma 05cm, marca: ATLAS	3,00	117,00
406	6	UND	Talhadeira chata n° 10, marca: SÃO ROMÃO	14,00	84,00
407	42	UND	Tampa para manilha 90cm, marca: NATURAL	29,00	1.218,00
422	10	GL	Tinta esmalte sintética secagem rápida 3,6L branca, marca: VERBRAS	61,70	617,00
423	6	GL	Tinta esmalte sintética secagem rápida 3,6L laranja, marca: VERBRAS	61,70	370,20
438	2	GL	Tinta para piso 3,6L, cor preta, marca: HIDRACOR	29,90	59,80
439	100	PCT	Tinta pó cor branca, pacote com 2kg, marca: HIDRACOR	4,80	480,00
442	20	LT	Tinta fundo para galvanizados 900ml, marca: VERBRAS	19,80	396,00
Valor Total					134.861,46

2. CLÁUSULA SEGUNDA – FONTES DE RECURSOS

2.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente **CONTRATO** referentes ao **Pregão Eletrônico nº 018/2021**, correrão por conta da dotação orçamentária: **Projeto Atividade: 2112 – Manutenção e Administração do FMS, Elemento de Despesa: 33.90.30.24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis, Fonte de Recurso: 102 – 001..**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

3.1. O preço total estimado do presente contrato é de **R\$ 134.861,46 (cento e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos)**, de acordo com a proposta comercial.

3.2. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados ao objeto.

4. CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS

4.1. O prazo de vigência do **CONTRATO**, contados a partir da data de sua assinatura e publicação do seu extrato na imprensa oficial até o dia **31/12/2021**.

4.2. A ordem de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do Pregão Eletrônico, cabendo aos mesmos todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.

4.3. O fornecimento do objeto deverá ser feita conforme o Termo de Referência constante no anexo I do Edital do Pregão Eletrônico **nº 018/2021**, respeitando a necessidade do órgão ou ente.

4.3.1. Correrão por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do objeto e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização caso detectarem alguma irregularidade no fornecimento.

4.4. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Órgão Contratante responsável pelo recebimento.

4.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) Referindo-se a especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- b) Referindo-se à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sob pena de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantendo o preço unitário inicialmente contratado.
- c) Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.
- 4.6. O objeto do contrato deverá ser recebido conforme determinar a autoridade contratante, conforme seja o caso, com emissão de relatório de execução do objeto na forma contratada, acompanhado da nota fiscal/fatura, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência resumido que integra este Contrato.
- 4.7. Quando rejeitado o objeto no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-lo no prazo estabelecido pela Administração, observando todas as condições inicialmente estabelecidas.
- 4.8. Caso seja impossível de serem substituídos os objetos que forem rejeitados, ou na hipótese de não serem executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida a Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. As condições para os pagamentos são as constantes no edital da licitação.
- 5.2. Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao fornecimento dos bens, ou em outro prazo inferior que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela fiscalização e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS E PIS/PASEP.
- 5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 5.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
- b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 5.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigidas.
- 5.6. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.
- 5.7. A Contratada terá que apresentar, para pagamento: comprovação de sua regularidade, perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRS), Prova de Regularidade com a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 5.8. O Contratante se reserva o direito de suspender o pagamento se o objeto contratual for prestado em desacordo com as especificações constantes deste Instrumento.
- 5.9. Somente poderá ocorrer o reajuste do valor registrado/contratado quando:
- 5.9.1. Nas hipóteses em que sobrevierem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis para a Administração, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, sempre objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- 5.10. Para os contratos oriundos da Ata de Registro de Preços se reconhece o direito a reajuste e repactuação, desde que devidamente comprovados, nos termos legais.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6. CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

6.2. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor do objeto não executado, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 15 (quinze) dias;
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual o Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

6.2.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Executar objeto em desacordo com o Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos ao Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

6.3. ADVERTÊNCIA

6.3.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Timon, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

6.4. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

6.4.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Timon pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

6.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.5.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual à Administração se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Timon, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Timon ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

6.5.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Administração, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

6.5.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à Contratada nos casos em que:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Timon, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da Administração, em caso de reincidência;
- e) Apresentar à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) Praticar fato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93.

6.6. Independentemente das sanções a que se referem os itens 6.2 e 6.4 da Cláusula VI, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizado:

- a) Civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) Criminalmente, na forma da legislação pertinente.

6.7. Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

6.8. As sanções serão aplicadas pelo titular da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.9. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das condições para a execução do objeto e daquelas estabelecidas em lei:

7.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-lo, alterá-lo ou complementá-lo;

7.1.3. Atender prontamente às requisições dos **entres contratantes** para o fornecimento dos itens discriminados no Contrato/Termo de Referência.

7.1.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato/objeto;

7.1.5. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município de Timon/MA, em decorrência da execução do objeto deste contrato, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

7.1.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do Órgão Contratante.

7.1.7. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

7.1.8. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar ao Contratante, através do representante ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final do objeto.

7.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, entre outras despesas como transporte, embalagens, seguros e entregas relacionados ao objeto.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.1.1. Será responsável pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.1.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.
- 8.1.3. Emitir a "REQUISIÇÃO" autorizadora do fornecimento contratado.
- 8.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.
- 8.1.5. Fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A CONTRATANTE exercerá a Fiscalização geral do objeto prestados do presente CONTRATO, através de servidor designado para esta fiscalização, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.
- 9.2. Fica a Contratada obrigada a permitir e facilitar a qualquer tempo, a Fiscalização do objeto, facultando o livre acesso as instalações da empresa, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da Contratante.
- 9.3. A Fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos de ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos produtos.
- 9.4. Fica estabelecido que a fiscalização não terá poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – TRIBUTOS

- 10.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria), após a assinatura deste contrato, que reflita, comprovadamente, na execução do objeto, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresso acordo, observada a legislação vigente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTROS

- 11.1. Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente contrato, fica estabelecido que este instrumento prevalecerá como regulador dos objeto ora contratado, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente fornecida entre o Contratante e a Contratada.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

- 12.1. A inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato ensejará a sua rescisão, na forma dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2. A Contratada reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.
- 12.3. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.
- 12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

- 13.1. Os preços contratados serão fixos e irredutíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

- 14.1. A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do estatuída no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Nos casos omissos deverão ser aplicadas as disposições legais da Lei Federal nº 8.666/93.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timon, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Timon (MA), 12 de julho de 2021.


MARCUS VINICIUS CABRAL DA SILVA
Secretário de Saúde de Timon/MA
Portaria nº 01224/2021-GP
CONTRATANTE


MARIA DO AMPARO COSTA DA SILVA
M DO A. COSTA DA SILVA
CNPJ nº 02.486.869/0001-13
CONTRATADA

Testemunhas:

1. Deny Belles dos Santos CPF Nº 064.765.313-36
2. Maria de Nazare Silva Rocha Neto CPF Nº 780.435.223-91